



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
*Casa Napoleão Laureano*  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## **PROJETO DE LEI 1680 / 2023**

***Ementa:*** ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS  
O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO DE  
SEUS FILHOS OU TUTELADOS EM ATIVIDADES  
PEDAGÓGICAS DE GÊNERO REALIZADAS NAS  
ESCOLAS.

**AUTOR:** VEREADOR CEL. SOBREIRA

**RELATOR:** VEREADOR JOÃO BOSCO DOS SANTOS FILHO – BOSQUINHO

### **PARECER**

#### **I. RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto a análise do PL 1680/2023, de autoria do vereador Cel. Sobreira que pretende que esta o Poder Público assegure aos pais e responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos e/ou tutelados em atividades pedagógicas de gênero realizadas nas escolas.

O PL em análise, vem a esta Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa para análise, em obediência ao disposto no art. 165, Incisos I e III da Constituição Federal e artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa. Compete a esta Comissão, preliminarmente, nos termos do art. 42 do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, jurídico, legal, regimental e de técnica legislativa da proposição.

É o breve relatório.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
*Casa Napoleão Laureano*  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## II. VOTO DO RELATOR

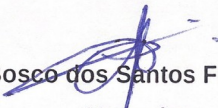
Com base na legislação pertinente ao caso, verifica-se a observância dos preceitos regimentais que norteiam a pertinência temática para a análise do referido PL no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Quanto ao mérito, o presente projeto merece todos os aplausos por parte desta Casa Legislativa. Sendo uma excelente iniciativa como indicação. No que tange à legalidade quanto à competência e à iniciativa, a proposição em exame NÃO se afigura revestida de legalidade, tendo em vista tratar-se de atribuição de âmbito federal. Sendo assim, o PL em análise NÃO reúne, portanto, os dispositivos legais e constitucionais para ser submetido a votação.

Em face do exposto, opina-se DESFAVORAVELMENTE à aprovação do PL 1680/23 de autoria do nobre vereador Cel. Sobreira.

É o Parecer,  
Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2023.

  
João Bosco dos Santos Filho - Bosquinho  
Vereador – PV



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
*Casa Napoleão Laureano*  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PARECER DA COMISSÃO  
PROJETO DE LEI N.º 1680/2023  
AUTOR(A): VEREADOR CEL. SOBREIRA

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa opinou pelo parecer DESFAVORÁVEL à aprovação do PROJETO DE LEI N.º 1680 /2023, em conformidade com o VOTO do relator vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**João Bosco dos Santos Filho - Bosquinho**  
**Membro - Relator**

**Thiago Lucena**  
**Presidente**

**Tarcísio Jardim**  
**Vice- Presidente**

**Durval Ferreira**  
**Membro**

**Odon Bezerra**  
**Membro**

**Bispo José Luis**  
**Membro**

**Bruno Farias**  
**Membro**